Lição 14 - Visão. Seu Objeto

TEXTO 418a26–418b26 - LIVRO II, CAPÍTULO VII

> *Aquilo de que há visão é o visível; e o visível é a cor, e também algo que, embora não tenha nome, podemos descrever conceitualmente. Ficará evidente o que queremos dizer quando nos aprofundarmos mais no assunto. § 399*
>
> *Pois o visível é a cor, e é dela que a visibilidade é predicada essencialmente; não, contudo, por definição, mas porque ela tem em si mesma a causa de ser visível. Pois toda cor é uma força motriz sobre o transparente em ato: esta é a sua própria natureza. Por conseguinte, nada é visível sem luz; mas pela luz cada cor, e toda cor, pode ser vista. Pelo que, devemos primeiro decidir o que é a luz. §§ 400-3*
>
> *Há, portanto, algo transparente. Por transparente entendo aquilo que é, de fato, visível, contudo não por si mesmo, ou absolutamente, mas em virtude de uma cor concomitante. O ar e a água e muitos sólidos são assim. Mas a transparência não depende nem do ar nem da água como tais, mas da mesma qualidade sendo encontrada em ambos, e também na esfera eterna acima. § 404*
>
> *A luz é o ato desta transparência, enquanto tal: mas em potência, esta [transparência] é também trevas. Ora, a luz é uma espécie de cor do transparente, na medida em que este é atualizado pelo fogo ou por algo similar ao corpo celeste; o qual contém, de fato, algo da mesma natureza que o fogo. § 405*
>
> *Indicamos, então, o que é o transparente e o que é a luz; que a luz não é fogo nem qualquer coisa corpórea, nem qualquer emanação de um corpo—[se fosse esta última], seria uma espécie de corpo, e assim seria fogo ou a presença de algo similar no transparente. § 406*
>
> *Pois é impossível que dois corpos existam no mesmo lugar ao mesmo tempo. § 407*
>
> *A luz parece ser o contrário das trevas; e estas são a privação desta qualidade no transparente. Assim, é claro que a presença disto é a luz. § 408*
>
> *Empédocles (ou qualquer outro que possa ter dito o mesmo) errou quando disse que a luz era transportada e se estendia entre a terra e seu invólucro,*

> *despercebida por nós. Isto contradiz tanto o raciocínio sólido quanto a aparência. Tal coisa poderia acontecer despercebida num pequeno espaço: mas que permaneça despercebida do leste ao oeste é um postulado muito extravagante. §§ 409-26*

COMENTÁRIO DE SANTO TOMÁS

LIÇÃO QUATORZE

§ 399. Após distinguir os objetos próprios dos sentidos dos comuns e dos acidentalmente perceptíveis, o Filósofo agora trata do objeto próprio de cada sentido: primeiro, do objeto próprio da visão; em seguida, em “Agora comecemos”, do da audição; depois, em “Não é tão fácil”, do do olfato; então, em “O gustável”, do do paladar; e, por último, em “O mesmo raciocínio vale”, do do tato.

Quanto à visão, ele discute, primeiro, seu objeto e, depois, em “No momento, o que está claro”, como esse objeto vem a ser visto. Tocando o objeto da visão, ele faz duas coisas. Primeiro, determina o que é o visível, dividindo-o em dois. Segundo, trata de cada visível, em “Pois o visível é a cor”. Ele diz então, primeiro, que, sendo o objeto próprio do sentido aquilo que cada sentido percebe *de si mesmo exclusivamente*, o objeto sensível do qual o receptor especial é a visão é o visível. Ora, no visível estão incluídas duas coisas; pois tanto a cor é um visível, quanto também algo mais, que pode ser descrito em discurso, mas não tem nome próprio; o qual visível pertence às coisas que podem ser vistas à noite, como vaga-lumes e certos fungos em carvalhos e coisas do gênero, sobre os quais o curso deste tratado nos informará mais claramente à medida que obtivermos uma compreensão mais profunda do visível; mas temos que começar pela cor, que é o visível mais óbvio.

§ 400. Em seguida, em “Pois o visível”, ele começa a definir ambos os objetos da visão: primeiro a cor e, depois, em “Nem todas as coisas visíveis”, aquilo que ele diz não ter nome próprio. Quanto à cor, ele faz duas coisas: primeiro, mostra o que a cor tem a ver com a visibilidade; segundo, em “Há, portanto, algo transparente”, ele estabelece o que é necessário para que a cor seja vista.

Primeiramente, então, ele diz que, sendo a cor visível, ela é visível por si mesma, pois a cor como tal é essencialmente visível.

§ 401. ‘Essencialmente’ é dito de duas maneiras. De um modo, quando o predicado de uma proposição cai dentro da definição do sujeito, por exemplo, ‘o homem é animal’; pois animal entra na definição de homem. E, uma vez que aquilo que cai dentro da definição de algo é de alguma forma sua causa, em casos como estes, diz-se que o predicado é a causa do sujeito. De outro modo, ao contrário, quando o sujeito da proposição cai dentro da definição do predicado, como quando se diz que um nariz é chato, ou um número é par; pois a chatice nada mais é do que uma qualidade de um nariz, e a paridade, de um número que pode ser dividido ao meio; e nestes casos, o sujeito é uma causa do predicado.

§ 402. Ora, a cor é essencialmente visível deste segundo modo, não do primeiro; pois a visibilidade é uma qualidade, como ser chato é uma qualidade de um nariz. E é por isso que ele diz que a cor é visível ‘essencialmente’, mas ‘não por definição’; isto é, não porque a visibilidade é colocada em sua definição, mas porque possui em si mesma a razão pela qual deve ser visível, assim como um sujeito possui em si a razão de suas próprias qualidades peculiares.

§ 403. O que ele prova por isto: que toda cor como tal é capaz de afetar o que é diafano em ato. O diafano é o mesmo que o transparente (por exemplo, ar ou água), e a cor tem em sua natureza atualizar ainda mais uma transparência atual. E disto, que afeta o transparente em ato, ela é visível; donde se segue que a cor é visível por natureza. E, uma vez que o transparente é levado ao seu ato apenas pela luz, segue-se que a cor não é visível sem luz. E, portanto, antes de explicar como a cor é vista, devemos discutir a luz.

§ 404. Em seguida, em “Há, portanto”, ele discute aquelas coisas sem as quais a cor não pode ser vista, a saber, o transparente e a luz; e isto em três seções. Primeiro, ele explica o transparente. Segundo, em “A luz é”, ele trata da atualidade do transparente, i.e., a luz. Terceiro, ele mostra como o transparente é receptivo da cor, em “Ora, só aquilo pode receber cor”.

Para começar, portanto, ele diz que, se a cor é aquilo que por sua natureza afeta o transparente, este deve ser, e de fato é, aquilo que não tem cor intrínseca para torná-lo visível por si mesmo, mas é receptivo da cor a partir do exterior, de uma maneira que o torna de algum modo visível. Exemplos do transparente são o ar e a água e muitos corpos sólidos, como certas joias e o vidro. Ora, enquanto outros acidentes pertencentes aos elementos ou aos corpos constituídos a partir deles estão nestes corpos por causa da natureza daqueles elementos (como calor e frio, peso e leveza, etc.), a transparência não pertence à natureza do ar ou da água como tais, mas é consequente a alguma qualidade comum, não apenas ao ar e à água, que são corpos corruptíveis, mas também aos corpos celestes, que são perpétuos e incorruptíveis. Pois pelo menos alguns dos corpos celestes são manifestamente transparentes. Não seríamos capazes de ver as estrelas fixas da oitava esfera a menos que as esferas inferiores dos planetas fossem transparentes ou diafanas. Portanto, é evidente que ser transparente não é uma propriedade consequente à natureza do ar ou da água, mas de alguma natureza mais genérica, na qual se encontra a causa da transparência, como veremos mais tarde.

§ 405. Em seguida, em “A luz etc.”, ele explica a luz, primeiro afirmando a verdade, depois refutando um erro. Ele diz, para começar, que a luz é o ato do transparente como tal. Pois é evidente que nem o ar, nem a água, nem nada desse tipo é realmente transparente a menos que seja luminoso. De si mesmo, o transparente está em potência tanto para a luz quanto para a escuridão (sendo esta última uma privação da luz), assim como a matéria prima está em potência tanto para a forma quanto para a privação da forma. Ora, a luz está para o transparente como a cor está para um corpo de dimensões definidas: cada uma é o ato e a forma daquilo que a recebe. E por essa razão ele diz que a luz é, por assim dizer, a cor do transparente, em virtude da qual o transparente é tornado realmente tal por algum corpo que dá luz, como o fogo, ou qualquer outra coisa desse tipo, ou por um corpo celeste. Pois ser cheio de luz e comunicá-la é comum ao fogo e aos corpos celestes, assim como ser diafano é comum ao ar, à água e aos corpos celestes.

§ 406. Então, em “Indicamos então”, ele rejeita uma opinião falsa sobre a luz; e isto em duas etapas. Primeiro, mostra que a luz não é um corpo; em seguida, refuta uma objeção apresentada contra os argumentos que provam que a luz não é um corpo, em “Empédocles... estava errado”. Quanto ao primeiro ponto, ele faz três coisas.

(a) Ele expõe seu próprio ponto de vista, dizendo que, uma vez que está claro o que é o transparente e o que é a luz, é evidente que a luz não é fogo (como alguns disseram, postulando três tipos de fogo: o combustível, a chama e a luz); nem um corpo de modo algum, nem algo fluindo de um corpo, como Demócrito supôs, afirmando que a luz consistia em partículas atômicas emanando de corpos luminosos. Se houvessem essas emanações dos corpos, elas mesmas seriam corpos, ou algo corpóreo, e a luz seria assim nada mais do que fogo, ou algo material desse tipo, presente no diafano; o que é o mesmo que dizer que a luz é um corpo ou uma emanação de um corpo.

§ 407. (b) Em “Pois é impossível”, ele prova sua própria hipótese assim. É impossível que dois corpos estejam em um mesmo lugar ao mesmo tempo. Se, portanto, a luz fosse um corpo, ela não poderia coexistir com um corpo diafano; mas isso é falso; portanto, a luz não é um corpo.

§ 408. (c) Em “A luz parece”, ele mostra que a luz coexiste com o corpo diafano. Pois os contrários existem em um mesmo sujeito. Mas a luz e a escuridão são contrários no modo como uma qualidade e sua privação são contrários, como é dito na *Metafísica*, Livro X. Obviamente, a escuridão é uma privação desta qualidade, i.e., da luz no corpo diafano – que é, portanto, o sujeito da escuridão. Portanto, a presença desta qualidade é a luz. Logo, a luz coexiste com o diafano.

§ 409. Então, em “Empédocles... estava errado”, ele refuta uma resposta a um argumento que poderia ser apresentado contra aqueles que sustentam que a luz é um corpo. Pois é possível argumentar assim contra eles: se a luz fosse um corpo, a iluminação deveria ser um movimento local da luz passando através do transparente; mas nenhum movimento local de qualquer corpo pode ser súbito ou instantâneo; portanto, a iluminação seria, de acordo com esta visão, não instantânea, mas sucessiva.

§ 410. O contrário disso é um fato de experiência; pois, no exato instante em que um corpo luminoso se faz presente, o transparente é iluminado de uma só vez, e não parte por parte. Assim, Empédocles e todos os que partilham da mesma opinião erraram ao dizer que a luz é transportada por movimento local, como um corpo; e que ela se espalha sucessivamente pelo espaço, que é o meio entre a terra e seu envoltório, isto é, o céu; e que esse movimento sucessivo escapa à nossa observação, de modo que todo o espaço nos parece iluminado simultaneamente.

§ 411. Pois essa afirmação é irracional. A iluminação do transparente pressupõe, simples e exclusivamente, a colocação de um corpo luminoso diante do que é iluminado, sem nenhum obstáculo intermediário.

§ 412. Além disso, contradiz as aparências. Poder-se-ia admitir que o movimento local sucessivo num pequeno espaço escapasse à nossa percepção; mas que um movimento sucessivo da luz do horizonte leste ao oeste escape à nossa percepção é uma improbabilidade tão grande que parece completamente impossível.

§ 413. Mas, como a matéria em discussão é tríplice, ou seja, a natureza da luz, a da transparência e a necessidade da luz para a visão, devemos abordar essas três questões uma por uma.

Sobre a natureza da luz, várias opiniões foram sustentadas. Alguns, como vimos, sustentavam que a luz era um corpo; sendo levados a isso por certas expressões usadas ao falar da luz. Por exemplo, estamos acostumados a dizer que um raio 'atravessa' o ar, que é 'refletido', que os raios 'se cruzam', e assim por diante; o que tudo parece implicar algo corpóreo.

§ 414. Mas essa teoria é infundada, como mostram os argumentos aqui apresentados por Aristóteles, aos quais outros poderiam ser facilmente acrescentados. Assim, é difícil ver como um corpo poderia ser subitamente multiplicado por todo o hemisfério, ou surgir ou desaparecer, como a luz faz; nem como a mera intervenção de um corpo opaco deveria extinguir a luz em qualquer parte de um corpo transparente se a luz, ela mesma, fosse um corpo. Falar do movimento ou rebote da luz é usar metáforas, como quando dizemos que o calor 'procede para' as coisas que estão sendo aquecidas ou é 'refletido' quando encontra um obstáculo.

§ 415. Há, então, aqueles que sustentam, ao contrário, que a luz é de natureza espiritual. Caso contrário, dizem eles, por que usaríamos o termo 'luz' ao falar de coisas intelectuais? Pois dizemos que as coisas intelectuais possuem uma certa 'luz' inteligível. Mas isso também é inadmissível.

§ 416. Pois é impossível que qualquer natureza espiritual ou inteligível caia sob a apreensão dos sentidos; cujo poder, sendo essencialmente corporificado, não pode adquirir conhecimento senão de coisas corporais. Mas, se alguém disser que existe uma 'luz' espiritual diferente da luz que é percebida pelos sentidos, não precisamos discutir com ele; desde que admita que a luz que é percebida pelos sentidos não é de natureza espiritual. Pois não há razão para que coisas bastante diferentes não tenham o mesmo nome.

§ 417. A razão, de fato, pela qual empregamos 'luz' e outras palavras referentes à visão em questões relativas ao intelecto é que o sentido da visão tem uma dignidade especial; é mais espiritual e mais sutil do que qualquer outro sentido. Isso é evidente de duas maneiras. Primeiro, a partir do objeto da visão. Pois os objetos caem sob a visão em virtude de propriedades que os corpos terrestres têm em comum com os corpos celestes. Por outro lado, o tato é receptor de propriedades que são próprias dos elementos (como calor e frio e semelhantes); e o paladar e o olfato percebem propriedades que pertencem a corpos compostos, conforme estes são variadamente compostos de calor e frio, umidade e secura; o som, novamente, deve-se ao movimento local que, de fato, também é comum aos corpos terrestres e celestes, mas que, no caso da causa do som, é um tipo diferente de movimento do que o dos corpos celestes, segundo a opinião de Aristóteles. Portanto, da própria natureza do objeto, pareceria que a visão é o mais elevado dos sentidos; com a audição mais próxima a ela, e os outros ainda mais remotos de sua dignidade.

§ 418. O mesmo ponto aparecerá se considerarmos a maneira como o sentido da visão é exercido. Nos outros sentidos, o que é espiritual em seu exercício é sempre acompanhado por uma mudança material. Entendo por 'mudança material' o que acontece quando uma qualidade é recebida por um sujeito de acordo com o modo material da própria existência do sujeito, como, por exemplo, quando algo é resfriado, aquecido ou movido no espaço; enquanto por 'mudança espiritual'

entendo, aqui, o que acontece quando a semelhança de um objeto é recebida no órgão do sentido, ou no meio entre o objeto e o órgão, como uma forma que causa conhecimento, e não meramente como uma forma na matéria. Pois há uma diferença entre o modo de ser que uma forma sensível tem nos sentidos e aquele que ela tem na coisa sentida. Ora, no caso do tato e do paladar (que é um tipo de tato), é claro que ocorre uma mudança material: o próprio órgão se aquece ou esfria pelo contato com um objeto quente ou frio; não há apenas uma mudança espiritual. Da mesma forma, o exercício do olfato envolve uma espécie de exalação de vapores; e o do som envolve movimento no espaço. Mas a visão envolve apenas uma mudança espiritual — daí sua máxima espiritualidade; com a audição em seguida nesta ordem. Esses dois sentidos são, portanto, os mais espirituais e são os únicos sob nosso controle. Daí o uso que fazemos do que se refere a eles — e especialmente do que se refere à visão — ao falar de objetos e operações intelectuais.

§ 419. Então, novamente, alguns simplesmente identificaram a luz com a manifestação da cor. Mas isso é patentemente falso no caso de coisas que brilham à noite, cuja cor, no entanto, permanece obscura.

§ 420. Outros, por outro lado, disseram que a luz era a forma substancial do sol, e que o brilho que dela procede (na forma de cores no ar) tinha o tipo de ser que pertence aos objetos que causam conhecimento como tais. Mas ambas as proposições são falsas. A primeira, porque nenhuma forma substancial é, em si e por si mesma, um objeto de percepção sensorial; ela só pode ser apreendida intelectualmente. E se é dito que o que o sentido vê no sol não é a luz em si, mas o esplendor da luz, não precisamos discutir sobre nomes, desde que seja concedido que o que chamamos de luz, isto é, a coisa percebida pela visão, não é uma forma substancial. E a última proposição também é falsa; porque o que simplesmente tem o ser de uma coisa que causa conhecimento não causa, como tal, mudança material; mas os raios dos corpos celestes, de fato, afetam materialmente todas as coisas na terra. Daí nossa própria conclusão é que, assim como os elementos corpóreos têm certas qualidades ativas através das quais afetam as coisas materialmente, a luz é a qualidade ativa dos corpos celestes; por sua luz esses corpos são ativos; e essa luz está na terceira espécie de qualidade, como o calor.

§ 421. Mas difere do calor nisto: a luz é uma qualidade do corpo primário que efetua mudanças, que não tem contrário; portanto, a luz não tem contrário: enquanto há um contrário para o calor. E porque não há contrário positivo para a luz, não há lugar para uma disposição contrária em seu recipiente: portanto, também, sua matéria, isto é, o corpo transparente, está sempre, como tal, imediatamente disposta para sua forma. É por isso que a iluminação ocorre instantaneamente, enquanto o que pode se tornar quente só se torna assim gradualmente. Ora, essa participação ou efeito da luz em um diáfano é chamado de 'luminosidade'. E se ocorre em linha direta para o corpo iluminado, é chamado de 'raio'; mas se é causado pela reflexão de um raio sobre um corpo que recebe luz, é chamado de 'esplendor'. Mas luminosidade é o nome comum para todo efeito da luz no diáfano.

§ 422. Uma vez admitido isso quanto à natureza da luz, podemos entender facilmente por que certos corpos são sempre realmente lucentes, enquanto outros são diáfanos e outros opacos. Como a luz é uma qualidade do corpo primário que efetua mudanças, que é o mais perfeito e menos material dos corpos, aqueles entre os outros corpos que são os mais formais e os mais móveis para a atualização são sempre realmente lucentes; e os seguintes nesta ordem são

diáfanos; enquanto aqueles que são extremamente materiais, não sendo nem luminosos por si mesmos nem receptivos à luz, são opacos. Pode-se ver isso nos elementos: o fogo é lucente por natureza, embora sua luz não apareça exceto em outras coisas. O ar e a água, sendo mais materiais, são diáfanos; enquanto a terra, a mais material de todas, é opaca.

§ 423. Com relação ao terceiro ponto (a necessidade da luz para a visão), note que tem sido a opinião de alguns que não apenas a visão, mas o objeto da visão, isto é, a cor como tal, pressupõe a presença da luz; que a cor como tal não tem poder para afetar um meio transparente; que ela faz isso apenas através da luz. Um indício disso, diziam eles, é que quem está na sombra pode ver o que está na luz, mas quem está na luz não pode ver o que está na sombra. A causa desse fato, diziam eles, residia numa correspondência entre a visão e seu objeto: como a visão é um ato único, deve incidir sobre um objeto formalmente único; o que não seria o caso se a cor fosse visível por si mesma — não em virtude da luz — e a luz também fosse visível por si mesma.

§ 424. Ora, esta visão é claramente contrária ao que Aristóteles afirma aqui, "e... tem em si a causa de ser visível"; portanto, seguindo sua opinião, digo que a luz é necessária para a visão, não por causa da cor, no sentido de que ela atualiza as cores (as quais alguns dizem estar apenas em potência enquanto estão na escuridão), mas por causa do meio transparente que a luz torna atual, como o texto afirma.

§ 425. E, como prova disso, note que toda forma, como tal, é um princípio de efeitos semelhantes a si mesma. A cor, sendo uma forma, tem, portanto, por si mesma o poder de imprimir sua semelhança no meio. Mas note também que há esta diferença entre a forma com poder completo e a forma com poder incompleto de agir: a primeira é capaz não apenas de imprimir sua semelhança na matéria, mas até mesmo de dispor a matéria para adequá-la a essa semelhança; o que está além do poder da segunda. Ora, o poder ativo da cor é do segundo tipo; pois ela é, na verdade, apenas uma espécie de luz de alguma forma obscurecida pela mistura de matéria opaca. Portanto, falta-lhe o poder de tornar o meio plenamente disposto a receber a cor; mas a luz pura pode fazer isso.

§ 426. Donde também fica claro que, assim como a luz é, de certa forma, a própria substância da cor, todos os objetos visíveis como tais compartilham da mesma natureza; nem a cor necessita ser tornada visível por alguma outra luz extrínseca. O fato de as cores à luz serem visíveis para alguém que está na sombra deve-se ao meio ter sido suficientemente iluminado.

Revision #2
Created 4 October 2026 19:46:57 by Admin
Updated 11 October 2026 22:15:40 by Admin